

HABEAS CORPUS Nº 548.711 - SP (2019/0357274-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ANTONIO DONATO
ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL PEREIRA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **RAFAEL PEREIRA FERREIRA**, apontando como autoridade coatora Desembargador da 14.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2261440-18.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o paciente foi condenado à pena de às penas de 8 (oito) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 816 (oitocentos e dezesseis) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006. Na ocasião, o juiz sentenciante concedeu ao paciente o direito de apelar em liberdade (e-STJ, fls. 23-40).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao apelo do apenado "a fim de diminuir sua pena para de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e ao pagamento de 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa, no valor mínimo legal, mantendo-se, no mais, a r. sentença condenatória" (e-STJ, fl. 41). Foi determinada a expedição de mandado de prisão.

Inconformada, a defesa pugnou pela expedição de contramandado de prisão em favor do paciente em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em 07/11/2019, a qual firmou entendimento no sentido de que o cumprimento da pena somente tem início com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

O Juiz de Direito da 1.^a Vara da Comarca de Taquaritinga-SP indeferiu o pedido, sob o entendimento de que a prisão do réu encontra fundamento nos arts. 312 e 313, incisos I e II, ambos do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 63-64).

Contra essa decisão, foi impetrado prévio *writ*, cujo pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 65-67).

No presente *habeas corpus*, o impetrante requer a superação do óbice da Súmula n.º 691 do STF e "a expedição de Contramandado de Prisão em favor do paciente, promovendo-se a manutenção da r. decisão Supremo Tribunal Federal na data de 07/11/2019 em que ficou sacramentado a prisão apenas após o Transito em Julgado" (e-STJ, fls. 9-10).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma)

tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

No caso dos autos, não obstante a recente decisão do Supremo Tribunal Federal - que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para o início do cumprimento da pena -, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade no *decisum* proferido pelo Tribunal *a quo*, de modo a justificar o processamento da presente ordem, na medida em que a decisão da Corte Suprema não afastou a possibilidade de prisão antes do trânsito em julgado, desde que sejam preenchidos os requisitos do Código de Processo Penal para a prisão preventiva.

É o que se verifica no presente caso, em que o magistrado de primeiro grau, acompanhado pelo Desembargador Relator do *writ* originário, considerou presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia preventiva do paciente, fundamentada na garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal.

Confira-se o teor das decisões:

"[...]

No caso em questão, decretada a prisão preventiva do réu, a mesma foi revogada por decisão do E. STJ, no Habeas Corpus nº 414185/SP, que estabeleceu que a decisão que decretou a prisão cautelar deixou de apreciar o caso concreto. Destarte, a decisão também deixou claro que nova prisão poderia ser decretada, desde que concretamente fundamentada.

Segundo se extrai do Acórdão de fls. 962/969, o réu Rafael Pereira Ferreira foi condenado à pena privativa de liberdade de 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no crime do art. 33, caput, da Lei de Drogas.

Com efeito, em relação ao acusado acima declinado, estão presentes os requisitos da prisão preventiva.

O crime de tráfico de drogas é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos. Ainda, o réu foi condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, conforme se extrai da certidão de fls. 708, preenchendo os requisitos do art. 313, incisos I e II, do CPP.

Ademais, a cautelar se faz necessária para a garantia da ordem pública, pois, em liberdade, o réu prosseguirá praticando o crime de tráfico de drogas. Observo que a reincidência (fls. 708), reconhecida na dosimetria da pena, se deu no mesmo delito, concluindo-se que o réu faz do comércio de drogas meio de vida.

Saliente-se, ainda, que a prisão se faz necessária para assegurar a aplicação da lei penal. O réu está foragido desde o

início do processo, demonstrando que não tem interesse no cumprimento da pena.

Anoto que mesmo após a condenação em segunda instância, quando deveria, de acordo com o entendimento que prevalecia no STF, iniciar o cumprimento da pena, o réu optou por permanecer foragido da justiça.

Diante desses fatos, de rigor a manutenção da prisão preventiva do acusado Rafael Pereira Ferreira, com fundamento nos artigos 312 e 313, inc. I e II, do CPP, nos termos da fundamentação." (e-STJ, fls. 63-64; sem grifos no original.)

"Nesse sentido, pelo que se depreende da transcrição da decisão que indeferiu a solicitação mencionada, o pedido não foi acolhido pelo Juízo porque entendeu que o STF não afastou a completa possibilidade da segregação cautelar, desde que presentes os requisitos legais retratados no Código de Processo Penal, devidamente fundamentados. **Compreendeu o MM. Juiz ser esse o caso em tela, uma vez que o acusado é reincidente, havendo, portanto, a necessidade de se manter a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, sem contar que ele se encontra evadido desde o início da ação penal.**

A liminar em *Habeas corpus* é medida cautelar excepcional, cujos requisitos são *periculum in mora* e *fumus boni iuris*, ausentes no caso em tela, uma vez que não se pode apontar, de imediato, desacerto da r. decisão proferida em primeiro grau de jurisdição. Assim, indefiro a liminar." (e-STJ, fls. 66-67; grifos acrescidos.)

Assim, as questões aventadas no *writ* deverão ser inicialmente apreciadas pelo Colegiado paulista.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator